

# A construção do currículo integrado na experiência Proeja-fic/Pronatec em Goiânia<sup>1</sup>

Bruno Rodrigues Bueno<sup>2</sup>  
Sebastião Cláudio Barbosa<sup>3</sup>

## Resumo

O estudo aborda a construção do currículo integrado e sua prática dentro de uma estrutura pedagógica, baseado na práxis de um ensino e aprendizagem técnico e socio-cultural integrados. Considera-se, através de observação empírica e análise de dados obtidos em dez escolas municipais de Goiânia, durante o ano de 2013, a experiência Proeja-fic/Pronatec. A análise parte de um ponto de vista crítico, considerando os dados levantados, a partir de um questionário respondido pelos alunos, em que apresentam as suas necessidades e realizações acerca da experiência vivida da iniciação à profissionalização em conjunto com a formação geral no ensino fundamental (segundo segmento).

**Palavras-chave:** Currículo integrado. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Integração e trabalho.

## Abstract

*The study addresses the construction of the integrated curriculum and its practice within a pedagogical structure, based on a technical and socio-cultural integrated learning and teaching praxis. It is considered, through empirical observation and analysis of data obtained in ten public schools in Goiânia, during the year 2013, the Proeja-fic/Pronatec experience. The analysis section is a critical point of view, considering the data collected from a questionnaire answered by the students, in which they present their needs and achievements about the lived experience from their beginning to their professional education with the general training in the elementary school education (second segment).*

**Keywords:** *Integrated Curriculum. Youth and Adult Education (EJA). Integration and Labour.*

1 Artigo de conclusão de graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Goiânia, GO, Brasil. E-mail: @ifg.edu.br

2 Acadêmico em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Goiânia e bolsista do projeto: O Proeja no Instituto Federal de Goiás: expansão e currículo integrado, vinculado à OBEDUC/CAPES. E-mail: brbueni@hotmail.com

3 Doutorando e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. Professor e coordenador do projeto: O Proeja no Instituto Federal de Goiás a expansão e currículo integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: sebcbar3@gmail.com

## 1 Introdução

Primeiramente, é preciso observar que não há experiências completas de construção de currículo integrado no Brasil. O que há é um esforço teórico e prático nesse sentido, por exemplo, a proposta de integração desenvolvida pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) na década de 1980. Correntemente, há o predomínio de uma prática, segundo a qual, a fragmentação do saber se reproduz, a partir das disciplinas. Contudo, a apreensão disciplinar não atende mais as necessidades dos alunos, enquanto cidadãos, uma vez que procura ensinar conteúdos necessários, mera e prioritariamente, para passar no vestibular ou para se submeter às demandas do mercado. Isso faz com que, em geral, os alunos estejam alienados quanto ao contexto real da sociedade na qual estão inseridos. Portanto, julga-se necessário analisar formas e perspectivas que superem a hegemonia pedagógica que fragmenta os estudos do trabalhador e o estabelece a *conta-gotas*. Assim, considera-se que uma forma de superar essa prática é a devida escolarização integrada e integral desses trabalhadores, para que se entendam como agentes sociais ativos, dirigentes de seus caminhos históricos.

## 2 Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Considerando o exposto na introdução, levantamos as seguintes questões para reflexão: será possível estabelecer uma educação para todos os alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos da modalidade de educação básica), contribuindo para o desenvolvimento de uma atitude crítica, fazendo com que sejam capazes de fazer transformações positivas na realidade nos quesitos político, econômico e cultural? Na questão do aprendizado, o aluno do Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), está conseguindo obter disciplina dotada de um

pensamento crítico em relação ao contexto social em que está inserido?

O que almejamos é uma formação profissional específica e continuada que proporcione aos alunos da EJA obterem uma formação de cidadãos capazes de agir em uma realidade social de forma profissional, nos diversos ambientes que nos é proporcionado em nossa vida, seja na economia, na política ou na cultura (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, contrariando a tendência de reprodução da alienação do trabalhador, acredita-se que as formas integrativas e interdisciplinares que fundamentam a construção do currículo integrado podem contribuir para mudar o contexto da sociedade goiana e a educação brasileira, assim como está escrito na LDB de 1996:

### TÍTULO I

#### Da Educação

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996, p. 1).

Assim, ocorre que devemos trabalhar também com os sujeitos marginais ao sistema, ou seja, a população desfavorecida econômica, social e culturalmente. Sendo que os públicos alvos da EJA são:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (BRASIL, 2007, p. 11).

O objetivo de ensino, para esses sujeitos marginais, é fazer com que o aluno se torne capaz de atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à atuação ativa no ambiente escolar, sem distinção na questão de sua origem ou idade, para que, no momento em que ele adentre no ambiente profissional, ele possa já ter sua própria autonomia intelectual (BRASIL, 2007).

Para que o aluno possa ter autonomia deve-se fazer a integração do currículo, que se resume na integração teoria e prática, entre o saber e o saber-fazer. Devemos, portanto, promover uma organização curricular contínua, processual e coletiva, envolvendo todos os sujeitos que participam do programa da EJA, fornecendo uma estrutura de currículo que se baseie na perspectiva de interdisciplinaridade, que foque na relação professor e aluno, atentando para as diversas expressões de cultura existentes na sala de aula (MÉSZÁROS, 2008).

Sobre os aspectos operacionais, temos o controle de uma implantação nacional do Proeja, que será exercido por um comitê nacional, com função consultiva, auxiliando o Ministério da Educação e do Trabalho e Emprego, todos amparados pelo Decreto nº 5.840/2006. Esse almeja a formação inicial e continuada dos trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio, para todos aqueles que não conseguiram participar de uma formação no ensino regular (BRASIL, 2006), criando assim, uma demanda, uma carência educacional.

Nessa perspectiva, o Proeja é o programa governamental que visa suprir esse tipo de carência educacional sofrida por milhões de pessoas jovens e adultos. Esse programa poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino municipais, estaduais, federal e até as instituições privadas de serviço social (BRASIL, 2006). A carga horária dos cursos deverá ser de, no mínimo, 2400 horas. A educação profissionalizante deverá resguardar as demandas de nível local e regional, contribuindo com o fortalecimento e desenvolvimento socioeconômico e

cultural das comunidades envolvidas. Pode-se, ainda, fazer parcerias com outras instituições, ofertando cursos de forma presencial ou semi-presencial (distância) (BRASIL, 2006).

O primeiro decreto do Proeja, nº 5.478, de 24 de Junho de 2005, foi substituído, em seguida, pelo decreto federal nº 5.840, de 13 de Julho de 2006, acrescentando diretrizes que ampliam a abrangência e inclui a oferta de cursos Proeja para o público do ensino fundamental da EJA (PAIVA, 2012).

Muitos fatores se puseram em disputa na produção coletiva do Proeja. A todos, entretanto, credita-se valor pelo que significaram para o desenho alcançado. Um deles, a concepção teórica, estimulada pelo convite feito a profissionais do sistema e fora dele, em áreas específicas dos campos em interseção, iniciou a aproximação desses campos, pelo que têm em comum. Outro pode ser identificado pelo resgate inovador do sentido de *politecnia* e o conseqüente abandono de visões ideologizadas de educação para o mercado de trabalho. Um terceiro fator diz respeito à concepção de *currículo integrado* – uma forma própria de pensar o currículo de ensino médio integrado à educação profissional, o que não significa somar dois distintos currículos, mas pensar qual o currículo possível resultante desse diálogo. (PAIVA, 2012, p. 50).

Nessa perspectiva, o enfoque de escolha para aprofundamento em torno do fundamento conceitual sobre o ensino, basear-se-á na questão do currículo integrado, resultante do diálogo entre a formação profissional e a formação para a vida social política, pois está em ampla discussão, em torno de propostas de um ensino mais qualificado e disposto a proporcionar aos estudantes uma educação que seja crítica em torno de seus conteúdos e que forneça uma profissão que seja adequada ao local de vivência dos sujeitos da EJA.

Do nosso ponto de vista, entendemos que seria necessário proporcionar à EJA, a condição em que homens e mulheres possuam uma perspectiva de aprendizado que vale por toda uma vida e deem continuidade para o aperfeiçoamento próprio. Esses jovens e adultos possuem

o direito à educação, mas estão excluídos dos processos educacionais, na maioria das vezes. Isso é contraditório com o discurso desenvolvimentista, pois esse público forma a população economicamente ativa, população essa necessária para o bom andamento do crescimento econômico do Brasil (PAIVA, 2012).

Para que se tenha ideia da parcela da população do EJA que recebe a oportunidade de dar continuidade em seus estudos, após os dezoito anos e daqueles que ainda não frequentam a escola, a partir desta faixa etária, estão dispostos os seguintes dados:

A educação de jovens e adultos (EJA) apresentou queda de 5% (374.098), totalizando 4.234.956 matrículas em 2010. Desse total, 2.846.104 (67%) estão no ensino fundamental e 1.388.852 (33%) no ensino médio. Segundo dados da Pnad/IBGE 2009, o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam escola e que não têm o ensino fundamental completo. Esse contingente poderia ser considerado uma parcela da população a ser atendida pela EJA. (FERREIRA, 2012, p. 111).

Em função desse fato, deve-se ter uma atenção especial ao contexto de ensino da EJA, pois as iniciativas empreendidas ainda estão em caráter inicial, em comparação do número de participantes da EJA com o número de pessoas que necessitam de uma escolarização adequada para o engajamento no mercado de trabalho na condição de um bom trabalho, frente às necessidades diárias.

A maioria das matrículas de EJA está na rede pública, distribuída da seguinte forma: 54,8% na rede estadual, 41,7% na rede municipal e 0,4% na rede federal, cabendo à rede privada uma participação de 3,1%. Merece destaque também a integração da EJA com a educação profissional. A educação de jovens e adultos de ensino fundamental associada à formação profissional totaliza 14.126 matrículas, e as de ensino médio 38.152. Esses números indicam que há espaço para ampliação da oferta de EJA integrada à educação profissional (FERREIRA, 2012, p. 111).

Como explicitado acima, temos uma necessidade grande de profissionalização do público

da EJA por estar na idade considerada produtiva. Isso faz diferença na eficiência dos trabalhadores, pois, quanto mais conhecimentos adquiridos pelo trabalhador, melhor será as condições de produção e renda, fazendo a diferença para a própria eficiência da nação. Mas devemos atentar não só para o lado formativo da profissão, mas complementar também com os conhecimentos necessários, para que o trabalhador possa tomar as próprias decisões, seja de âmbito político ou cultural, por isso, há a necessidade de uma integração curricular.

Os problemas econômicos afetam o país, à medida que não se adapta ao padrão econômico neoliberal. O neoliberalismo que, segundo Frieden (2008), afirma que através de afirmativas políticas econômicas, houve uma reestruturação da economia, que era de um comércio, sem intervenção burocrática, que fosse capaz de afetar as transações internacionais, o corte das despesas públicas, com a consequente privatização dos setores públicos. Esse modelo, vigente desde a década de 1970, propôs uma nova interação entre as camadas de trabalhadores ao redor do mundo, que é a divisão internacional do trabalho. Isso faz com que aqueles países que não investirem em tecnologia de alto desempenho sofram as consequências em suas estruturas econômicas e sociais, afetando diretamente o trabalhador, que acaba ficando à margem de um sistema produtivo capitalista que permite que haja altos níveis estruturais de desemprego.

Nesse contexto, a estrutura produtiva também procura desestruturar o poder sindical, imobilizando a ação em conjunto do trabalhador. Um exemplo disso, é a crescente descaracterização do trabalho em prol de uma crescente especialização em áreas cada vez mais específicas e que aliena o trabalhador, tentando tirar dele a essência do trabalho coletivo (PAIVA, 2012).

O desafio é mundial, pois as consequências são: o desemprego cíclico, durante a recessão de um país, intolerâncias, preconceitos de movimentos racistas, xenófobos, todos agindo e

colocando a culpa do fracasso não na forma de governo, mas, muitas vezes, naqueles que são excluídos economicamente ou trabalham em condições precárias, possuindo padrão de vida sub-humano como a falta de habitação, de saúde, segurança e educação adequada. Portanto:

Com e sem relação direta com o nível de escolarização, a perda do emprego passou a ser um processo seletivo. O trabalho informal e a prestação de serviços resistem com o predomínio de tecnologias e de sistemas eletrônicos. (PAIVA, 2012, p. 54).

Por isso, a demanda de qualificação constante surgiu dentro da lógica da empregabilidade, que é a condição individual de lutar pelo próprio emprego e sua devida permanência no mesmo. Essa lógica fez com que o atendimento ao público de jovens e adultos, que não terminaram os estudos, fosse direcionado para uma rede específica de educação denominada no Brasil de Sistema S (SENAI, SEBRAE, SESI, SESC, SENAC, entre outras instituições), instituindo cursos de curta duração e que proporcionam ao trabalhador uma função muito específica, necessitando ao longo do tempo uma crescente requalificação. Deve-se levar em consideração que nem todos os trabalhadores ou o público almejado por esse sistema de ensino conseguem se qualificar dentro desse tipo de proposta. Portanto, o que sobra é a participação no trabalho informal, que não dá nenhuma garantia ao trabalhador em caso de perda de emprego (PAIVA, 2012).

Após intensos debates ao longo do período da redemocratização brasileira, no final da década de 1980 até a década de 2010, temos a luta por uma educação que seja mais eficaz, luta da qual participaram diversas entidades da classe trabalhadora como os sindicatos, associações, federações, conselhos e as centrais sindicais. Eles buscaram a garantia do direito a cidadania, tentando romper com a tradição autoritária das elites. Mas, para isso, devia-se criar uma proposta de educação que visasse uma formação atuante politicamente, ao mesmo tempo em que fosse de conhecimento prático,

que dentro da realidade, pudesse permitir o ato da criação e recriação e elaboração de projetos que fossem úteis socialmente. Essa questão está ligada a uma formação continuada que se estende por toda a vida, por isso se desenvolveu a atual concepção de Educação para Jovens e Adultos (PAIVA, 2012).

Contrariando a perspectiva de Paiva, verificam-se descompassos que ocorrem na:

[...] história da educação brasileira, [...], ao que parece, as expectativas de mudanças estruturais na sociedade e na educação, pautadas nos direitos inscritos na Constituição Federal de 1988, não têm se realizado. Em 2011, também não estão sinalizadas mudanças estruturais no governo. Ao contrário, sob a alegação do “apagão da mão de obra”, possivelmente sob a pressão dos setores empresariais representados no Sistema S, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Médio e Emprego (Pronatec) privilegia apenas a educação profissional. (CIAVATTA, 2012, p. 75).

O Pronatec, portanto, possui a finalidade de expandir, democratizar e ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores (CIAVATTA, 2012).

Outro programa proposto pelo governo é o Proeja-*fic* que, pela matriz curricular disposta, se percebe uma busca pela integralização do currículo, dando a oportunidade ao trabalhador para o desenvolvimento da consciência crítica em conjunto com uma profissionalização. Essa condição favorece a politização dos discentes e, em consequência, pode proporcionar que muitos possam interagir de forma mais consciente nos contextos sociopolíticos, nos quais estão inseridos, dando chances de lutar contra os processos de exclusão no sistema capitalista. Segundo Osmar Lottermann:

Na relação currículo, trabalho e sociedade, o Documento Base aponta alguns princípios importantes que, se bem articulados, podem contribuir para que o processo de aprendizagem entre educandos e educadores ganhe certo grau de politização, bem como se aproxime da realidade dos educandos, afastando alguns aspectos da rigidez característica da educação formal. São

eles: a) Princípio da aprendizagem e de conhecimentos significativos; b) Princípio de respeito ao ser e aos saberes dos educandos; c) Princípio de construção coletiva do conhecimento; d) Princípio da vinculação entre educação e trabalho: integração entre a Educação Básica e a Profissional e Tecnológica; e) Princípio da interdisciplinaridade; f) Princípio da avaliação como processo. No que se refere ao respeito aos saberes dos educandos, o princípio está na própria essência do Currículo Integrado. Importante destacar o princípio da construção coletiva e da avaliação como processo, pois eles podem quebrar a linearidade do método escolar e apresentar maior respeito às condições dos educandos. (LOTTERMANN, 2012, p. 76-77).

Os princípios do Proeja-fic estão buscando sempre conciliar o que os discentes já sabem com as necessidades de iniciar um aprofundamento intelectual. Propõe que os educandos sejam formados, tendo como uma das bases o relacionamento coletivo, sendo assim, a integralidade passa pelos conhecimentos técnicos e científicos, em conjunto com saberes populares e uma interação social, para uma formação que seja também condizente com as necessidades profissionais do educando.

### 3 Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA

Iniciativas de âmbito mundial já interferem nas políticas curriculares de diversos países assim como o Brasil. Estamos falando do Relatório Delors para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI: Educação - um tesouro a descobrir (1996). O Relatório visa construir um contexto de educação globalizada, no sentido de uma formação solidária entre os países, com o preparo de cada ser humano para uma compreensão de si mesmo e do outro. Visa tornar o indivíduo mais consciente de suas raízes, dispondo de referências que permitam se localizar no mundo de forma a respeitar a diversidade de culturas. Além disso, visa contribuir na luta contra a exclusão, propiciando o ingresso e regresso de todos para a escola. Ele tenta mostrar,

a cada indivíduo, os direitos e deveres que lhes cabem e uma devida participação em um projeto social não excludente (DELORS, 1996 *apud* CHILANTE; NOMA, 2008).

As atitudes mundo afora se voltam para uma educação mais digna para toda a população, mas os projetos em cada país são direcionados para diversas teorias e aplicações curriculares. No Brasil, historicamente, o que ocorre é o seguinte: a permanência de um currículo que mantém o dualismo histórico que sempre marcou o sistema educacional brasileiro. De um lado, uma educação destinada às massas trabalhadoras, submetida aos interesses de classe burgueses e ao mercado; de outro lado, uma educação destinada àqueles que, por possuírem condições financeiras e interesses de dominação social e manutenção de *status quo*, podem se colocar em um ensino que mantém suas vantagens financeiras e induz a um pensamento já vigente que é o das classes médias e a classe rica do país, que se posicionam como os condutores das políticas e atividades de trabalho existentes no Brasil. Dessa forma, debita-se a culpa do fracasso escolar à própria classe trabalhadora, ou seja, àqueles que por diversas razões possuem renda baixa ou por exclusão social ou simplesmente porque eles não fazem parte desta cultura do capital (NEVES, 1999 *apud* CHILANTE; NOMA, 2008).

No contexto do tema de que nos ocupamos agora, importa ressaltar, na primeira década do século XXI, a passagem da descrença e des-caso com a educação de jovens e adultos para uma inédita oferta de programas governamentais que se propõem a associar o resgate da escolarização básica com a educação profissional. Dentre eles, destacamos o Projeto Escola Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Ao nos referirmos a esse amplo conjunto de ofertas, faz-se necessário sublinhar que a diversidade de programas hoje em curso não supera as desigualdades de nosso fragmentado quadro educacional, mas, ao

contrário, as acentua. Assim, a ausência de oferta, característica do século anterior, é substituída por uma ampliação expressiva de oportunidades de acesso a cursos que, embora diferenciados, guardam como ponto comum, no mais das vezes, as características que irão convergir para o que Kuenzer (2005) denominou como “certificação vazia”. (CIAVATTA; RUMMERT, 2010, p. 463).

Em Brasil (2007), encontramos que não podemos ignorar o histórico do currículo integrado, mas devemos analisá-lo criticamente, de forma a passar das ideias paradigmáticas e ir adiante para uma devida prática de um currículo não excludente, que seja aperfeiçoado a cada momento, contextualizando o aluno nas diversas áreas atuantes, seja social, econômica e ou política, possibilitando ao próprio a forma emancipada de atuação social.

E mais, se a educação escolar não ignorar o conhecimento prévio de seus alunos e deixar claro que os próprios não são culpados de sua situação social, possibilita aos alunos um ganho em aprendizado. Dessa maneira, o aprendizado seria aplicado não só para a inserção do indivíduo ao mercado de trabalho, certificando-o a nível técnico, mas o aluno saberia relacionar toda a sua vivência, com o conhecimento produzido na sala de aula, isso possibilitando ao aluno sua devida permanência.

Nessa perspectiva, temos ainda que a permanência estaria relacionada a um currículo, dinâmico, pois seria aberto a modificações no sentido regional, porque o Brasil é constituído de uma vasta quantidade de etnias que se relacionam entre si. Dessa forma, entre outras coisas, se constitui uma variedade de disputas de poder, que deve se estabelecer como debate, no sentido de propiciar amadurecimento político. Isso tudo, no intuito de construir uma educação que permita ao indivíduo lutar por suas convicções.

Se continuarmos a somente aplicar um conteúdo curricular, na perspectiva universalista, continuaremos enfrentando as dificuldades de permanência e aprendizado. O aluno deve permanecer na escola na modalidade EJA, pois

assim, formará uma base forte de educação, possibilitando que a sua voz seja ouvida.

#### 4 O currículo integrado: entre a teoria e a prática

A *escola unitária*, segundo Gramsci (2001), pretendia o desenvolvimento da maturidade intelectual e a independência dos alunos sob uma escola de tempo integral. Essa escola adaptaria de tal forma a rotina dos alunos, seja em estudos mútuos com a ajuda, não só dos professores, mas também dos melhores alunos. Essa disposição de rotina na sala e tempo para o estudo tinha que ser a proposta apresentada nas políticas governamentais para os alunos brasileiros.

Por isso, o ensino médio deveria ser organizado para superar o dogmatismo e preparar para a autonomia, aproximando-se, cada vez mais, da etapa da universidade. Nessa perspectiva, o objetivo da escola unitária, proposta por Gramsci, que consideramos importante ponto de partida para se pensar integração curricular, é formar a classe trabalhadora não só para o trabalho manual, mas, também, se tornar um dirigente na sociedade. Gramsci aponta que:

[...] a aprendizagem ocorre, sobretudo, graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer na universidade. Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação, mesmo que a verdade seja velha, e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual, na qual se podem descobrir verdades novas. (GRAMSCI, 2001, p. 40).

Deve-se estimular que o aluno desenvolva uma ampla bagagem de aprendizado, que busque torná-lo, cada vez mais ativo, e o aluno deve ter a atitude de dar o prosseguimento nessa caminhada.

A democracia política deve fazer coincidir governantes e governados, no sentido de governo, com o consentimento dos governados. Nessa perspectiva, o necessário é fazer com que o currículo integrado faça parte da organização de uma aprendizagem em torno de uma

educação, que permeie, ao máximo, as várias formas de conhecimento disponível na humanidade. Significa uma visão que não separa o conhecimento do cotidiano, das relações culturais com o conhecimento científico e profissionalizante. Nessa situação, temos a abordagem do todo, com a ampla leitura reflexiva e prática sobre o mundo, disponibilizando uma intermediação entre o trabalho e a cultura, chegando ao conhecimento da esfera da liberdade de escolha. De acordo com Lottermann (2012, p. 33):

Ao se considerar que a liberdade é um espaço de possibilidades para múltiplas realizações de tudo aquilo que permite ao ser humano o seu auto-reconhecimento, é possível entender a complexidade que envolve propor um processo de ensino e de aprendizagem que ofereça uma formação sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura. Por este prisma, percebe-se o quanto tal proposição se distancia das práticas educativas que visam preparar o indivíduo para o mundo do trabalho, no sentido da empregabilidade. Parece necessário considerar, por esta razão, que a proposta de Currículo Integrado é uma ação contra-hegemônica em relação às metodologias que a escola tem adotado nos processos educacionais desenvolvidos no interior da sociedade capitalista.

Por isso, devemos através do currículo integrado, lutar por uma educação que quebre as barreiras da hegemonia e forme um futuro cidadão, capaz de atuar na sociedade, sem a necessidade de tutores que o conduzam a formações já padronizadas pelo mercado de capital. Na sequência, o autor ressalta que é:

[...] importante estabelecer as diferenças essenciais entre uma proposta de educação emancipatória e as pedagogias do capital, que se apresentam sob a forma tradicional, nova e tecnicista. O que significa dizer que uma pedagogia não é necessariamente transformadora por recomendar um currículo de ensino integral ou por condenar a transmissão pura e simples de conteúdos. Uma educação comprometida com a emancipação do homem tem no conhecimento escolar o meio pelo qual a análise da realidade concreta, à luz dos conhecimentos cientificamente acumulados, possibilita perceber as contradições existentes na produção dos saberes, na apropriação da riqueza socialmente produzida e

na forma de produção e distribuição do conhecimento. (LOTTERMANN, 2012, p. 46).

Isso faz com que os alunos que participam de uma educação que contenha uma percepção crítica dos conteúdos, possam realmente, nos estudos, saber compreender todos os processos históricos que estão presentes na construção do conhecimento, relacionando-os com o presente e questionando sempre as obviedades levantadas, para que possa descobrir o necessário para o crescimento dentro da sociedade em que vivem.

O currículo integrado, sendo uma proposta de educação libertadora, não usa de uma metodologia para retirar as especificidades existentes dentro da escola, no quesito das disciplinas, como matemática, história, entre outras. Os saberes científicos e as humanidades devem sempre estar presentes no espaço escolar, para que os programas escolares possam fornecer uma ampla gama de escolhas para o crescimento intelectual do discente, fazendo assim com que a prática seja transformadora dentro de uma compreensão do todo (LOTTERMANN, 2012).

Nessa perspectiva, com um exercício que seja sempre dialético, no campo da reflexão crítica, o discente pode tornar-se capaz de compreender os interesses das classes presentes na sociedade, inclusive toda a produção e distribuição da tecnologia e ciência. Por isso, deve-se fazer a leitura crítica, através do trabalho, da ciência e da cultura, no intuito de superar estrategicamente a sociedade capitalista, que é individualista ao extremo, a ponto de excluir os sujeitos trabalhadores da participação dos ganhos. Acredita-se que, com essa educação baseada no currículo integrado, por ser emancipatória, os excluídos, explorados e oprimidos, possam lutar por uma igualdade de condições e possibilidades de construção de uma sociedade mais digna (LOTTERMANN, 2012).

Para os docentes, a questão de um currículo integrado, que desvela as contradições das classes sociais, ocorre de uma maneira mais ordenada. Marise Ramos traz algumas

orientações sobre o passo a passo da efetivação da formação integrada:

- Problematizar fenômenos – fatos e situações significativas e relevantes para compreendermos o mundo em que vivemos, bem como processos tecnológicos da área profissional para o qual se pretende formar, como objetos de conhecimento, buscando compreendê-los em múltiplas perspectivas: tecnológica, econômica, histórica, ambiental, social, cultural etc.
- Explicitar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão do(s) objeto(s) estudando(s) nas múltiplas perspectivas em que foi problematizada e localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais), identificando suas relações com outros conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).
- Situar os conceitos como conhecimentos de formação geral específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica, social e cultural.
- A partir dessa localização e das múltiplas relações, organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, visando corresponder, nas escolhas, nas relações e nas realizações, ao pressuposto da totalidade do real como síntese de múltiplas determinações (RAMOS, 2008, p. 48).

A partir da teoria explicitada, pode-se construir nos projetos EJA um currículo integrado, não como uma ferramenta de ensino, mas como uma prática pedagógica, fazendo com que a formação dos discentes contemple as diversas áreas do conhecimento e supere os ensinamentos que são voltados para uma preparação específica, submetida às demandas do mercado de trabalho. Abre-se o espaço para a superação dos valores hegemônicos vigentes no Brasil, tornando essa integração um instrumento capaz de ajudar aos docentes e discentes a identificarem as contradições existentes no sistema econômico, social e político (LOTTERMANN, 2012).

## 5 A prática do currículo integrado

Dentro de uma integração dos conhecimentos gerais e específicos, podemos compreender a totalidade das ações socioculturais, mas, para

isso, devemos superar, na razão e na prática, tanto os professores quanto os alunos, a hegemonia do positivismo que proporciona um mecanicismo conservador nas ações, fragmentando as ciências e formações humanísticas e científicas. Com isso, caracterizou separada e excludentemente tais disciplinas como: formação geral ou formação específica, sendo que, as específicas são entendidas como tendo caráter profissionalizante; as outras, não. Por exemplo, as disciplinas de formação geral do curso Técnico em Eletrônica Integrado é a física, a química, a história, entre outras; já as disciplinas de formação específica de nível profissional são: a elétrica, a circuitos eletrônicos, entre outras. Esses exemplos demonstram que existe uma separação na ordem do ensino, que é contraditória com a realidade, uma vez que, na vivência humana, todos esses conteúdos estão estreitamente relacionados. Para Ramos,

Pensemos, por exemplo, no âmbito da Física, sobre se o conceito de eletricidade é um conhecimento geral ou específico. Afinal, o desenvolvimento desse conceito não possibilitou termos a luz elétrica iluminando artificialmente uma sala, um dispositivo eletrônico para transmitirmos imagens, um microfone que possibilita a ampliação de nossas vozes? Tais ponderações demonstram que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. (RAMOS, 2008, 14).

Com esse exemplo, podemos concluir que é necessária a interrelação entre os conhecimentos específicos e os gerais, como na profissão de técnico em Eletrônica que sem o vínculo com as teorias gerais da física não pode ser bem realizada, em seus procedimentos técnicos, sem uma compreensão real dos conceitos físicos.

Do contrário, teríamos o seguinte exemplo:

Pensemos, agora, numa situação contrária. O professor de Química, por exemplo, costuma ter em seu programa de ensino o balanceamento de equações químicas. Normalmente este assunto traz algumas dificuldades para os alunos e tende a desenvolver, entre eles, um clima de insatisfação com o assunto. O que significa para o aluno balancear uma equação química em seu caderno? Provavelmente significa muito pouco, a não

ser tratar-se de teorias que compõem o programa de formação geral no ensino médio. Mas, concretamente não representa nada se não for associado a fenômenos reais. Como teoria separada da realidade concreta torna-se abstrata, vazia. Podemos afirmar, então, que um conhecimento de formação geral só adquire sentido quando reconhecido em sua gênese a partir do real e em seu potencial produtivo. Esta última característica normalmente é considerada somente quando tratamos de conhecimentos da formação específica, com o objetivo profissionalizante. É preciso rever essas concepções. (RAMOS, 2008, p. 15).

Por isso, devemos sair das aulas expositivas, passando para aulas oficinas, que buscam superar os livros didáticos como únicos materiais de apoio durante a aula. Assim, começamos como docentes a vincular o aprendizado dos alunos em atividades realmente práticas, seja em laboratórios ou mesmo analisando em grupo uma circunstância que ocorra no noticiário, onde se envolve aspectos técnicos e científicos, dentro de uma

análise histórica, filosófica e que seja trabalhado em grupo pelos alunos.

### 6 Como os alunos matriculados nos cursos Proeja-fic/Pronatec em Goiânia veem a questão da prática do currículo integrado

Através da observação empírica, realizadas durante o ano de 2013 e dos dados do questionário, aplicado aos educandos, matriculados em dez escolas da rede municipal, podemos evidenciar as realizações e percalços no sentido da construção do currículo integrado, dentro das condições dos alunos e suas necessidades apresentadas no dia a dia.

Do universo pesquisado, temos a participação de 374 educandos do turno noturno, da experiência Proeja-fic/Pronatec, segundo segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª séries), nas seguintes Unidades Regionais de Educação (URE) que se subdividem em escolas municipais, conforme quadro 1:

Quadro 1- Instituições e cursos ofertados na modalidade Proeja-fic/Pronatec

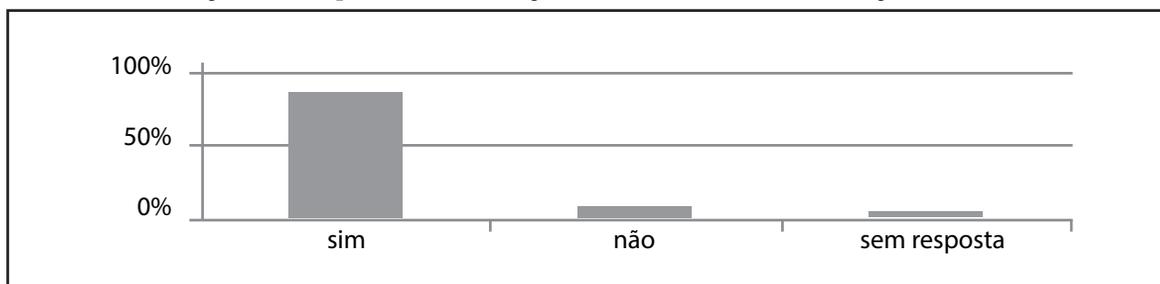
URE de Educação	Instituições	Curso Ofertante
URE Brasil de Ramos Caiado	Escola Municipal (E. M.) Presidente Vargas	Operador de Computador
		Eletricista Industrial
	E. M. Prof.º Nadal Sfredo	Operador de Computadores
		Mestre de Obras
URE Central	E. M. Jardim Novo Mundo	Alimentação
	E. M. Pedro Costa de Medeiros	Operador de Computadores
		Eletricista Industrial
URE Jarbas Jayme	E. M. Abrão Rassi	Operador de Computadores
	E. M. Buena Vista	Mestre de Obras
		Operador de Computadores
URE Maria Helena Batista Bretas	E. M. Joel Marcelino de Oliveira	Modelagem
		Operador de Computadores
	E. M. Nova Conquista	Modelagem
		Operador de Computadores
URE Maria Thomé Neto	E. M. Jalles Machado de Siqueira	Eletricista Industrial
		Operador de Computadores
	E. M. Jesuína de Abreu	Operador de Computador

Fonte: Os autores (2014).

Aos 374 educandos foi apresentado um questionário que levasse em conta a experiência que os alunos vivenciaram na sala de aula, levando em consideração: as dificuldades, as atividades apresentadas pelos professores, as relações com os mesmos, se a estrutura oferecida realmente comporta comodamente os discentes e, por fim, se

os conteúdos apresentados realmente proporcionam ou não conhecimentos técnicos, relativos à profissão escolhida e, também, se proporcionam conhecimentos voltados à aprendizagem cultural e científica que permita uma visão mais crítica do aluno frente à sociedade na qual está inserido. As questões levantadas foram:

Figura 1 – Resposta 1: Você está gostando das aulas nessa nova organização?



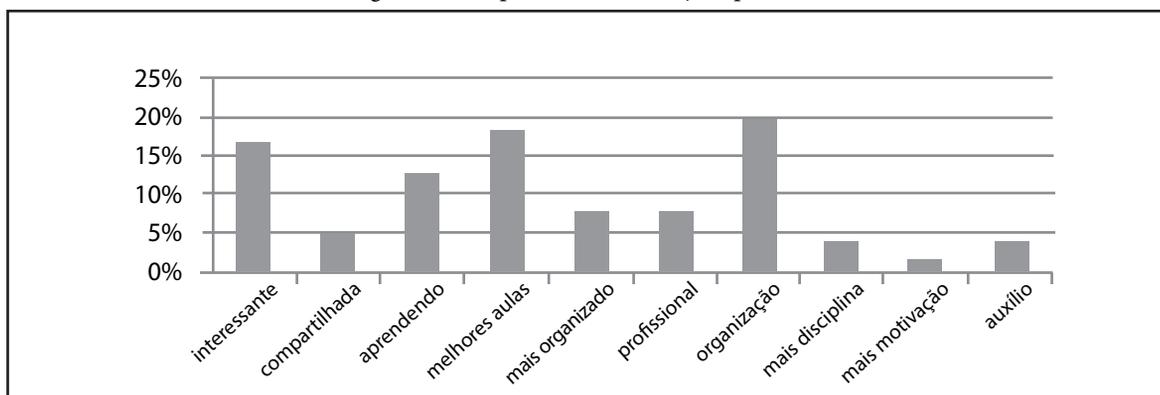
Fonte: Bueno (2013).

Observa-se, na figura 1, que oitenta e oito por cento dos alunos aprovam as aulas nas instituições das UREs que englobam todas as dez escolas dos projetos Proeja-fic/Pronatec em Goiânia-Goiás.

Temos, portanto, um amplo apoio para a continuidade dos projetos de integração do currículo no ensino fundamental para o

prosseguimento no médio em conjunto com uma formação profissionalizante. Isso se dá, porque essa perspectiva se mostra capaz de ampliar as possibilidades de ação mais efetiva dentro da sociedade em questão, seja uma ação dentro dos parâmetros ditos políticos, ou mesmo, para a busca de melhorias de condições de vida dentro do mercado de trabalho.

Figura 2 – Resposta 1.1: Afirmações positivas

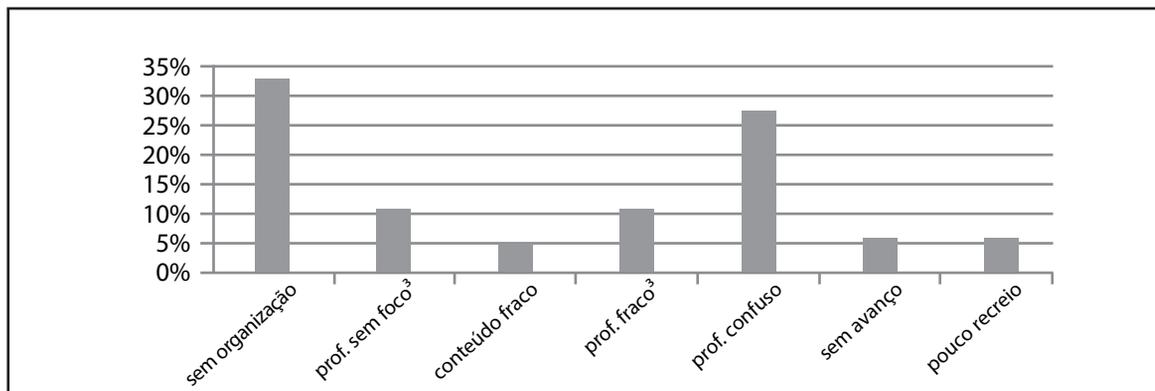


Fonte: Bueno (2013).

Na segunda figura, analisa-se a questão da satisfação em torno das aulas proporcionadas pelas escolas. No caso de “sim”, que mostra satisfação positiva vemos que, acima de dez por cento dos alunos marcaram que

as aulas são de nível interessante, que estão aprendendo, que as aulas são melhores e a organização das instituições proporciona aos alunos melhor comodidade para um bom aprendizado.

Figura 3 – Resposta 1.2: Afirmações negativas

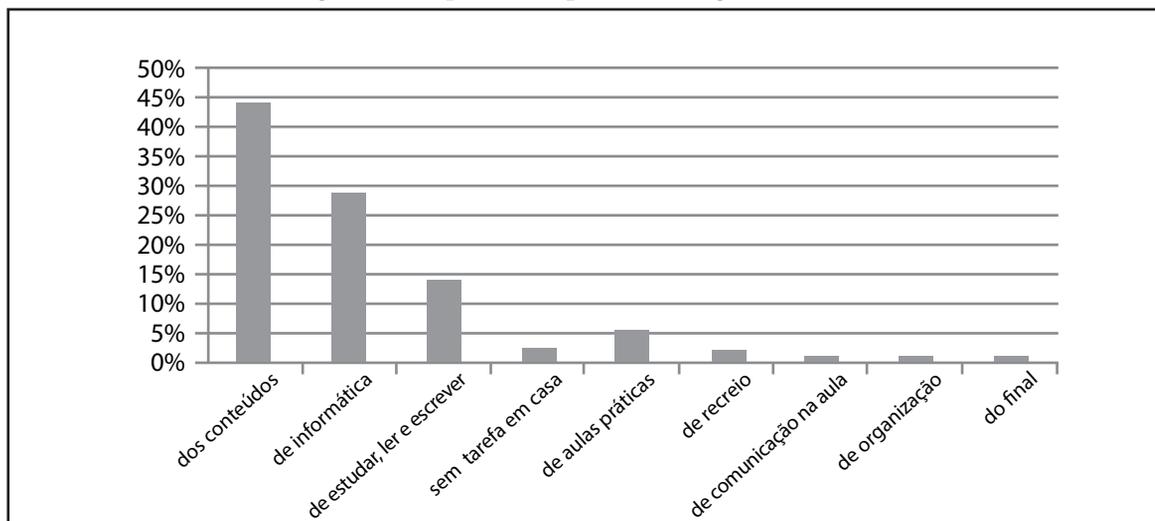


Fonte: Bueno (2013).

No caso da resposta sobre a organização ser negativa, apesar do percentual de alunos ser bastante menor, têm alunos que apontam o contrário, no quesito de acolhimento da organização. Portanto, parte desses alunos

fica confusa, quanto ao funcionamento da instituição de ensino e o quanto isso pode afetar nas disposições das aulas e, consequentemente, o quanto pode afetar a relação aluno-professor.

Figura 4 – Resposta 2: O que você mais gosta nas aulas?



Fonte: Bueno (2013).

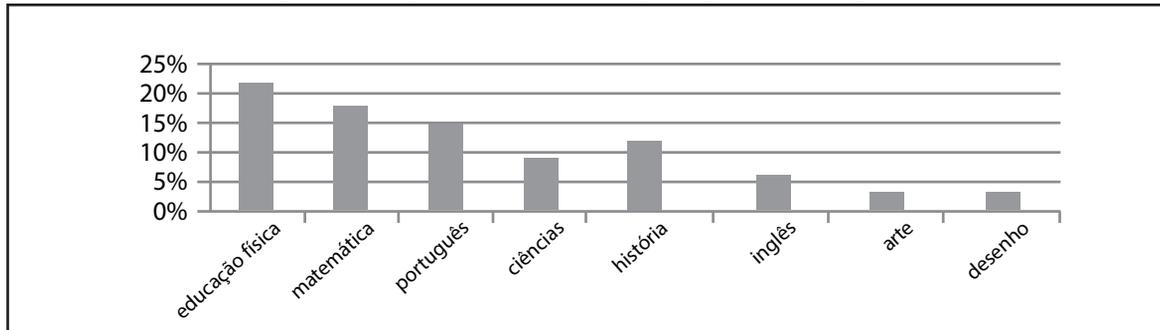
Na questão sobre o gosto dos alunos, observa-se que, talvez, pelo fato de estarem estudando realmente as disciplinas que gostam, alinhando os conteúdos do ensino fundamental com o gosto profissional, as respostas são compatíveis com a proposta dos projetos EJA que é um alinhamento dos conteúdos com a parte profissionalizante. Quarenta e quatro por cento dos alunos gostam dos conteúdos, seguidos de vinte e nove por cento dos alunos que

apreciam informática. Lembrando que, dos dezessete cursos ofertados pelas escolas, temos nove cursos ligados à operação de computadores. Isso significa que a maioria dos alunos desse campo está satisfeita com as disciplinas ofertadas pelas instituições.

Além disso, quatorze por cento dos alunos dispostos declara gostar de estudar, ler e escrever, enfatizando a devida integração entre as matérias, pois todas se utilizam do aparato da

leitura e escrita, que proporciona aos discentes o devido gosto pelo estudo que, no mais, está ligado à escolha profissional disposta dentro da instituição.

Figura 5 – Resposta 2.1: Qual a disciplina que você mais gosta?

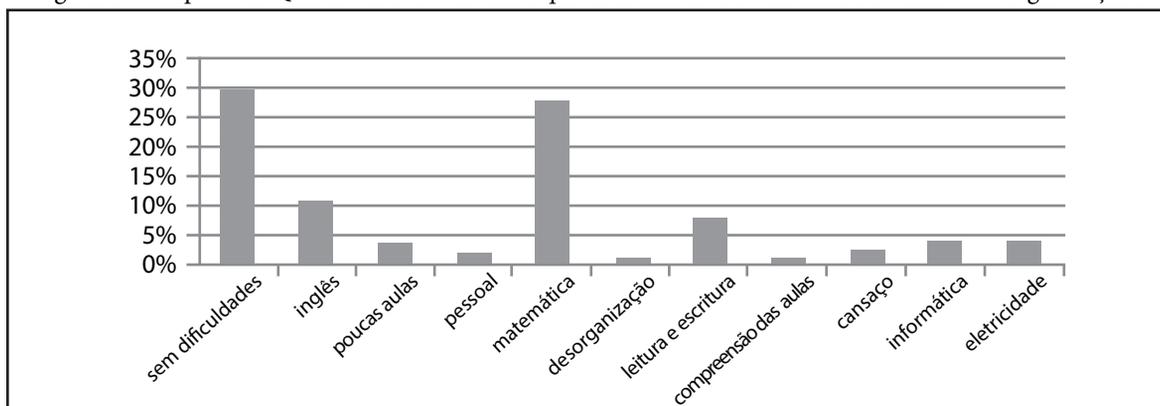


Fonte: Bueno (2013).

Na questão sobre o gosto dos alunos pelas matérias escolares, vinte e dois por cento dos alunos demonstram gostar mais de educação física, seguidos de dezoito por cento que demonstram gostar de matemática. Provavelmente, esse gosto se deve

ao fato da maioria dos cursos de iniciação profissional ofertada estar ligada a essa área de conhecimento. Além disso, quinze por cento gostam de português, e outras matérias estão dentro da margem de dez por cento do gosto pelo aprendizado.

Figura 6 – Resposta 3: Qual a maior dificuldade que você está tendo nos estudos nessa nova organização?

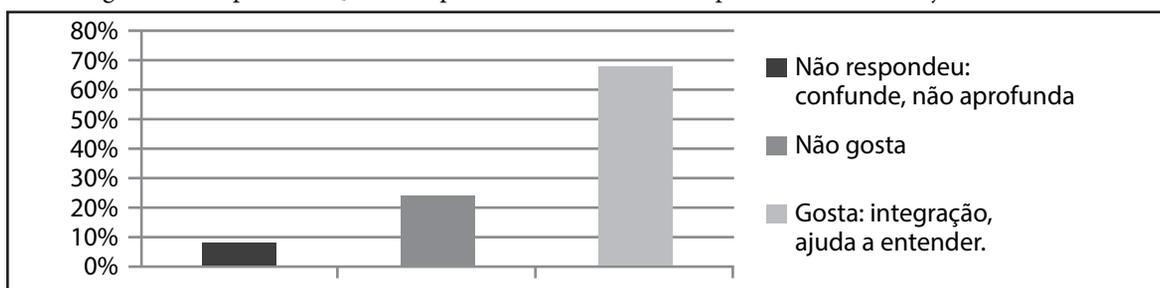


Fonte: Bueno (2013).

Na questão das dificuldades, os discentes, em torno de trinta por cento, dizem que não possuem qualquer dificuldade de aprendizado, mas são seguidos de vinte e oito por

cento que dizem ter dificuldades concentrada na matemática. Evidenciando, portanto, a necessidade de um reforço adicional para a área em questão.

Figura 7 – Resposta 4: Qual sua opinião sobre dois ou mais professores atuarem juntos em sala?

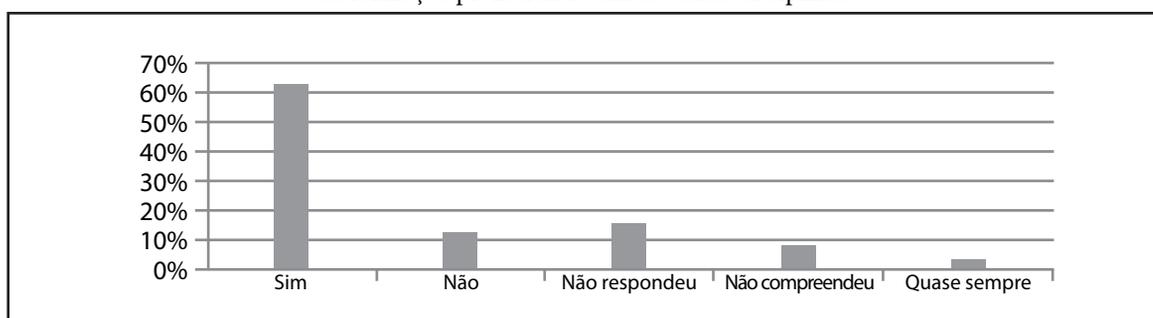


Fonte: Bueno (2013).

Na questão quatro, a proposição de que dois ou mais professores poderiam atuar juntos (docência compartilhada), fez com que sessenta e oito por cento dos alunos, aprovassem a ideia, pois pensam que a integração dos conteúdos de ensino pode ajudar a entender melhor as aulas.

Vinte e três por cento dos alunos não gostaram da ideia, seguidos de mais nove por cento de alunos que não responderam à questão. Os que responderam negativamente pensam que a aula compartilhada faz com que os alunos confundam seus conteúdos e, portanto, não conseguiriam aprofundar qualquer assunto.

Figura 8 – Resposta 5: Há interação dos conteúdos nas aulas dos professores da formação profissional com as outras disciplinas?

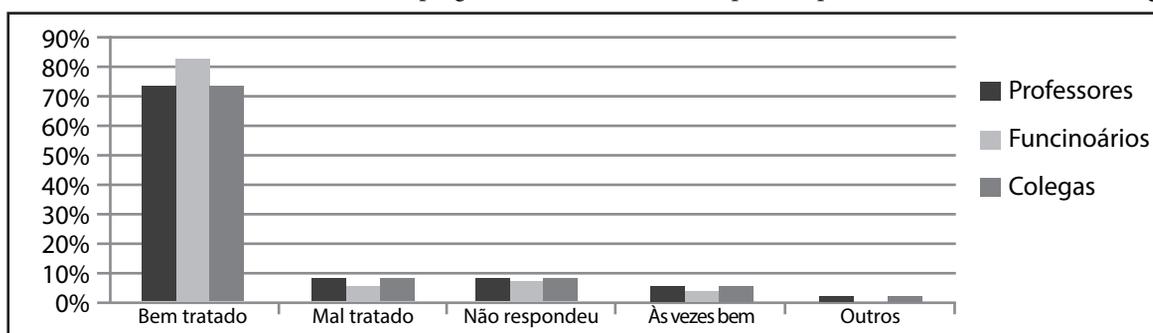


Fonte: Bueno (2013).

Na questão cinco, sessenta e três por cento dos alunos, responderam que a integração dos conteúdos, ministrados pelos docentes, no

sentido de uma formação profissional, em conjunto com outras disciplinas, torna-se amplamente aceita e compreendida pelos discentes.

Figura 9 – Resposta 6: Levando em consideração as pessoas da escola, como é o tratamento dado a você: pelo corpo docente, discente e administrativo. Essa pergunta foi dividida em três partes - professores, funcionários e colegas



Fonte: Bueno (2013).

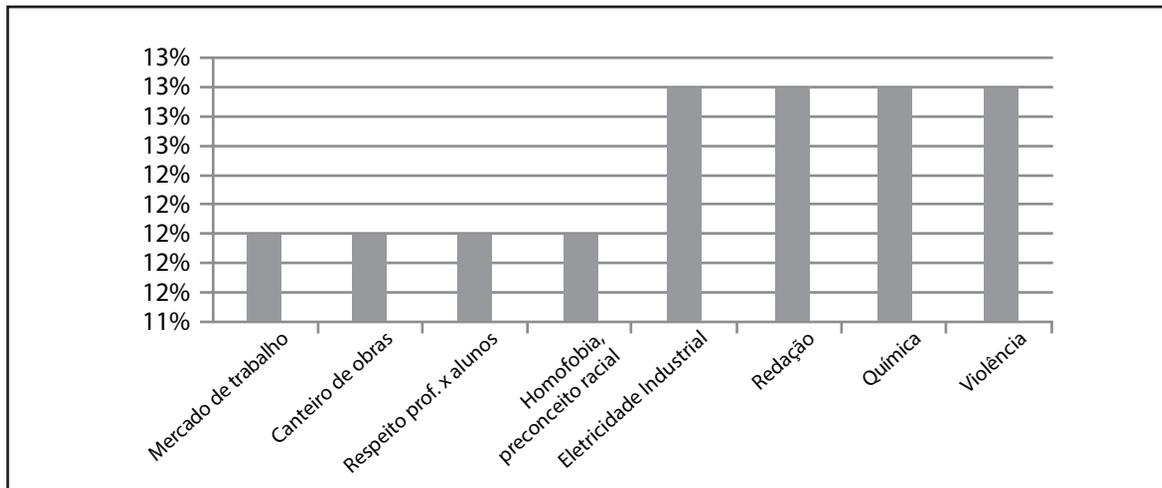
Na questão do tratamento oferecido pelos professores, funcionários e colegas temos, na grande maioria, um tratamento bom, todos ultrapassam setenta por cento de aprovação.

instituições de ensino, permitindo que haja um convívio agradável e sem interrupção entre os alunos e professores durante as aulas.

Contudo, no quesito de maus tratos, mesmo reconhecendo como pequena a incidência, temos, no caso de professores, cerca de nove por cento, já de funcionários temos seis por cento e de colegas, nove por cento, significando que existe pouco conflito nas

Os que não se pronunciaram ficam em torno de sete por cento, com variação mínima de quatro por cento. Na resposta às vezes bem temos a mesma variação anterior de quatro a sete por cento. Por fim, o item denominado outros representa apenas três por cento da pesquisa.

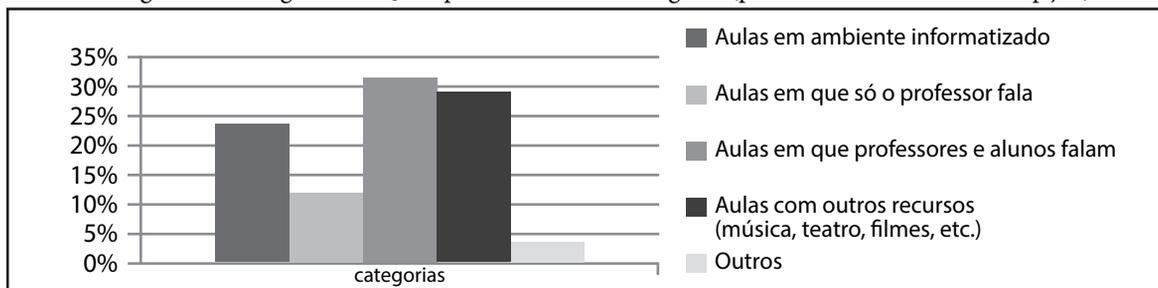
Figura 10 – Resposta 7: Existe algum tema, assunto ou conteúdo que você já estudou ou conhece e gostaria que fosse aprofundado?



Fonte: Bueno (2013).

Em termos de temática e aprofundamentos de assuntos, temos, na liderança, treze por cento os temas eletricidade industrial, redação, química e violência, seguidos pelos temas que estão, em segundo lugar, empatados com doze por cento. Esses temas são mercado de trabalho, segurança no canteiro de obras, respeito entre professores e alunos, homofobia e preconceito racial.

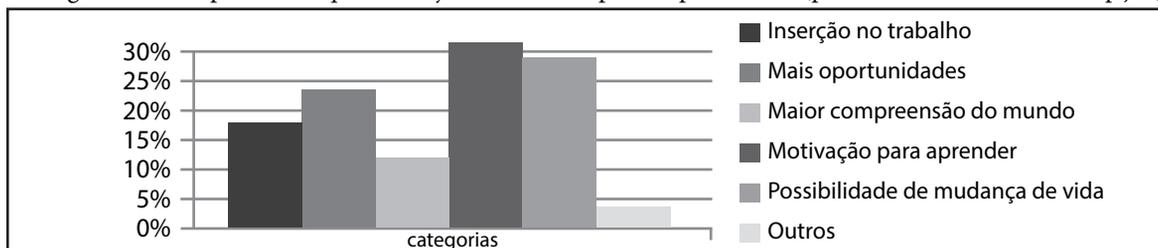
Figura 11 – Pergunta 8: Que tipo de aula você mais gosta (pode marcar mais de uma opção)?



Fonte: Bueno (2013).

O tipo de aula que os discentes mais gostam, lembrando que podiam marcar mais de uma opção, são as aulas em que os professores e alunos debatem, com preferência com trinta e dois por cento; em seguida, as aulas que utilizam outros recursos como: música, teatro, filmes, entre outros, ficam com vinte e nove por cento na preferência; os ambientes informatizados tem a preferência de vinte e quatro por cento; as aulas em que somente os professores falam aparecem com onze por cento e, por último, outros com quatro por cento.

Figura 12 – Resposta 9: O que o Proeja-fic/Pronatec poderá possibilitar (pode marcar mais de uma opção)?



Fonte: Bueno (2013).

Nessa questão, temos vinte e sete por cento dos alunos que dizem que obterão mais oportunidades com o curso adquirido; vinte e quatro por cento afirmam que terão uma possibilidade de mudança de vida; vinte e dois por cento dizem que tiveram mais motivação para aprender; quinze por cento dizem que a inserção no mercado de trabalho será mais fácil; seguidos de nove por cento que são favoráveis à opinião de que ampliarão a compreensão de mundo que possuem; por fim, são destacados como *outros* os itens não citados anteriormente, ficando somente com três por cento.

## 7 Conclusão

Através das respostas dos alunos matriculados no Proeja-fic/Pronatec, temos a constatação de que o nível de satisfação com os cursos ofertados e a organização curricular é satisfatório, no sentido de proporcionar aos discentes a autonomia necessária para atuar na sociedade em que estão inseridos.

Assim, a experiência mostra que o nível de integração dos conteúdos disciplinares, em conjunto com as disciplinas profissionalizantes, deve ser revisto constantemente, para fazer com que os docentes e não somente eles, mas também os discentes busquem, cada vez mais, a integração de um currículo, no sentido de estabelecer, frente à sociedade, uma posição de não conformismo com as condições impostas pela política econômica sob a comunidade. Isso gera um aperfeiçoamento intelectual nos discentes que permite uma atitude de busca de mudanças políticas que beneficiem a sociedade como um todo e não somente a interesses privados.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA** (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos): educação profissional técnica de nível médio/ ensino médio, documento base. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 08 maio 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 08 maio 2013.

BUENO, B. R. **O PROEJA no Instituto Federal de Goiás: expansão e currículo integrado**. Goiânia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2013.

CIAVATTA, M. Educação básica e educação profissional: descompassos e sintonia necessária. In: OLIVEIRA, E. C. *et al.* (Org.). **EJA e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 67-99.

CIAVATTA, M.; RUMMERT, S. M. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educação Social**, Campinas, v. 31, n. 111, 2010.

CHILANTE, E. F. N.; NOMA, A. K. Educação e trabalho na transição do século XX para o XXI: A função qualificadora da educação de jovens e adultos. In: Seminário do Trabalho, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2008. p. 1-15.

FERREIRA, E. B. O PROEJA e o direito à formação integrada: limites, avanços e possibilidades de implantação. In: OLIVEIRA, E. C. *et al.* (Org.). **EJA e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 101-120.

FRIEDEN, J. A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

LOTTERMANN, O. **O currículo integrado na educação de jovens e adultos**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Departamento de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAIVA, J. Desafios da formação de educadores na perspectiva da integração da educação profissional e EJA. In: OLIVEIRA, E. C. *et al.* (Org.). **EJA e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 45-65.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: <[http://www.iiiep.org.br/curriculo\\_integrado.pdf](http://www.iiiep.org.br/curriculo_integrado.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2015.

